



A Invenção da Florestania¹

Francisco de Moura Pinheiro²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

RESUMO

Instalado no Governo do Estado do Acre desde 1999, o Partido dos Trabalhadores (PT) juntou num mesmo vocábulo as palavras “floresta” e “cidadania”, criando uma espécie de neologismo denominado “florestania”. Uma tentativa de expressar o direito de ser cidadão de cada um dos habitantes da floresta acreana, inclusive aqueles que não existem para o país, por não possuírem, sequer, uma Certidão de Nascimento. Para sedimentar a idéia da “florestania”, a partir dos conceitos de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, foram executadas várias ações, tendo os veículos de comunicação sediados no Acre como principais instrumentos de disseminação do novo ideário. O objetivo deste artigo é tecer considerações sobre este fato e especular sobre a validade dos postulados oficiais dez anos depois de implantada a florestania.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; florestania; ideologia; jornalismo; política.

1. Crônica de Duas Mortes Anunciadas

Num espaço de oito anos dois momentos igualmente violentos e anunciados tingiram de sangue os varadouros, os igarapés e os corações de todos os habitantes da floresta acreana, que buscavam, através da ajuda mútua e da organização coletiva, superar o estágio de miséria e exploração desumana a que foram submetidos pelos patrões e pelos coronéis de barranco, desde uma época, entre o final do século XIX e o começo do século XX, em que lutaram contra os bolivianos pela anexação do território do Acre à nação brasileira.

No primeiro momento, corria o mês de julho de 1980. Precisamente, o início da noite do dia 21 do mês de julho de 1980. Tudo era modesto na cidade de pouco mais de três mil habitantes. O rio de águas barrentas corria indolente, dividindo os espaços do Brasil, para um lado, e da Bolívia, para o outro. As ruas, pavimentadas com tijolos

¹ Trabalho apresentado às Divisões Temáticas, DT 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), jornalista na Universidade Federal do Acre (Ufac), membro da Academia Acreana de Letras (Cadeira 28) e doutorando em Comunicação e Semiótica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: fdandao@gmail.com.



vermelhos, eram as mesmas. Os bêbedos permaneciam escorados nos mesmos benjamins e palmeiras de todos os dias. O cego barbadiano, deixado para trás pelos empresários ingleses depois da febre da borracha, contava as mesmas histórias, rodeado dos curiosos de sempre. Nada, mas nada mesmo, indicava que Brasiléia, modorrenta e silenciosa cidade do interior do Acre, 18 dias depois de ter completado setenta anos, estava tão perto de entrar em ebulição.

Uma casa de madeira sem pintura, em frente à pequena igreja da cidade, abrigava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais local. Ali o trabalho era sempre maior do que o número de funcionários e voluntários para fazê-lo. O presidente, um homem alto, pele queimada pelo sol, mãos calejadas pelo ofício de seringueiro desde os primeiros anos de vida, apreciador de cigarros fortes, incansável na sua faina despedia-se de dois companheiros e resolvia ficar mais um pouco, para resolver alguns assuntos pendentes. Estava jurado de morte por fazendeiros da região, mas não dava muita atenção para as ameaças. Sentia-se seguro no seu ambiente de trabalho. Meia hora depois, a confiança de que nada poderia acontecer-lhe mostrava-se vã. De costas para a rua, olhando distraidamente para um aparelho de televisão, enquanto arrumava uns últimos papéis, sentiu a dor súbita de projéteis entrando pelo corpo. O silêncio de Brasiléia foi quebrado por quatro tiros. Wilson Pinheiro tombava sem vida. O movimento seringueiro acreano perdia o seu primeiro grande líder. E se desencadeava, imediatamente, uma onda de violência que iria, oito anos mais tarde, mudar a história das relações entre homem e meio ambiente no Brasil.

No segundo momento, faltavam três dias para o Natal de 1988. O palco era parecido com aquele das ações de oito anos atrás. Comerciantes voltavam os olhos em todas as direções, na esperança de fisgar algum cliente antes de encerrar as portas após mais um dia de nenhum movimento. Donas de casa submetiam-se a sua dose diária de hipnose, frente a uma novela global qualquer. Adolescentes pedalavam bicicletas indolentemente. Tudo como todo dia. Nada, mas nada mesmo, indicava que Xapuri, também modorrenta cidade do interior do Acre, separada de Brasiléia por apenas 60 quilômetros de uma estrada de terra, estava tão próxima de sair do seu anonimato para virar centro do mundo.

Numa residência humilde, construída com madeira tosca, um homem de estatura mediana, meio gorducho, cabelos desalinhados, olhos levemente saltados, queixo pequeno e fartos bigodes grisalhos descia as escadas de uma porta de fundos para tomar banho de cuia no quintal. Sorria. Acabara de distrair-se com amigos numa animada



partida de dominó. Pretendia jogar mais um pouco após o jantar. Era uma maneira de passar o tempo. Não chegou, porém, a botar o pé no último degrau. Carozos de chumbo voadores, saídos de um breve lampejo na escuridão, cravaram-se no seu peito. Um último arfar e o corpo de quarenta e quatro anos desabava de encontro ao solo. A floresta amazônica perdia Chico Mendes, provavelmente seu mais ardoroso defensor. Uma onda de perplexidade varreu o planeta. Jornais de todos os quadrantes abriram manchetes de primeira página e dedicaram longos editoriais contra mais um ato de barbárie de toda a nação brasileira.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, membro do Conselho Nacional de Seringueiros e da Central Única dos Trabalhadores, militante do Partido dos Trabalhadores, Francisco Alves Mendes Filho tinha consciência de que era um homem marcado para morrer. Os interesses que ele contrariava para preservar a natureza no seu pedaço de mundo eram enormes. Os grandes proprietários de terras quedavam-se impotentes ante o carisma daquele seringueiro que postava mulheres e crianças na frente de motosserras para impedir a destruição da floresta. Ele sabia que podia tombar a qualquer momento. Mas permaneceu na luta até o fim.

Esses foram os desfechos das histórias de dois homens imprescindíveis, sem estudos formais, forjados como líderes pela ascendência natural entre os seus pares e pela vontade de verem superados a miséria e o abandono de uma legião de brasileiros. Com inspiração na luta deles foi que se criou no Acre, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Governo do Estado, anos mais tarde, o movimento político/cultural/ideológico denominado “florestania”.

2. Sentimento Orientador

Embora não conste ainda nos dicionários, a palavra “florestania” existe há dez anos no Acre, desde o primeiro mandato do governador Jorge Viana (ele governou o Estado por duas vezes consecutivas), em 1999. Trata-se de um neologismo, que junta num mesmo vocábulo os termos “floresta” e “cidadania”. A tentativa de estabelecer o direito de ser cidadão de cada um dos habitantes da floresta acreana, inclusive os que não existem para o país, por não possuírem, sequer, uma certidão de nascimento.

Florestania, de acordo com os seus ideólogos, todos militantes do Partido dos Trabalhadores, foi uma forma encontrada para massificar uma idéia de um governo



voltado para a exploração sustentável dos recursos florestais, bem como de proporcionar bem-estar às pessoas que nasceram, cresceram e vivem até hoje no meio da floresta, usando os benefícios desta para sobreviver. Uma espécie de pacto natural, baseado no equilíbrio das ações e relações entre homens e ambiente.

A floresta, antes desprestigiada e ridicularizada pelas sociedades urbanas, é transformada em símbolo de uma revolução. O governador eleito, engenheiro florestal Jorge Viana, empreende ações que o identifiquem como o legítimo sucessor de Chico Mendes, transformando o seu governo no fio condutor que pretende transformar o Acre num exemplo de desenvolvimento sustentável a ser seguido pelos povos do planeta. Uma conduta altamente simpática, numa época de profunda devastação ambiental.

A própria história do Estado, cujo território pertencia à Bolívia até o século XIX, serviu de inspiração aos novos governantes, na apropriação de elementos que exaltam os feitos dos nordestinos que lutaram na chamada Revolução Acreana. A bandeira e o hino estaduais foram usados desde a primeira campanha do Partido dos Trabalhadores como instrumentos de legitimação de uma força política que se dizia disposta a lutar pelos direitos do homem da floresta. A estrela vermelha que adorna um dos cantos da bandeira, dividida por uma linha diagonal, com a cor amarela na parte superior e verde na parte inferior, foi associada à estrela da mesma cor do PT. E o hino, composto durante a revolução, e cujo estribilho possibilita estabelecer uma relação entre a estrela da bandeira e o símbolo do partido (*Fulge um astro da nossa bandeira/ Que foi tinto do sangue de heróis,/ Adoremos na estrela altaneira/ O mais belo e melhor dos faróis*) sempre foi cantado nas manifestações públicas, causando arrepios nos presentes.

Ao denominar-se Governo da Floresta, o Partido dos Trabalhadores assume o discurso de que a preservação da floresta, associada à manutenção dos seus habitantes nos seus locais de origem e à melhoria da qualidade de vida destes é o eixo fundamental da sua ação, cujo um dos vértices é justamente a elevação da auto-estima dos membros dessa população. O secretário de Comunicação do governo Jorge Viana, jornalista Aníbal Diniz, confirma essa premissa ao afirmar que a escolha do *slogan* Governo da Floresta foi “uma opção pela valorização, pelo fortalecimento e pelo resgate da identidade do povo acreano. Tudo que a gente pudesse somar para fortalecer aquilo que é próprio e marcante na cultura acreana” [PINHEIRO, 2005].

No processo de construção e sedimentação da idéia da florestania, segundo se pode depreender das palavras de Aníbal Diniz, o governo percebeu que o sistema público de comunicação seria de vital importância.



Quando a gente fez essa opção pela floresta, a gente identificou que precisava dar uma atenção muito especial ao meio radiofônico de comunicação. Isso porque nós precisávamos levar às localidades mais distantes as informações alusivas ao Governo e também a multiplicação desse conhecimento próprio dos povos da floresta. E essa preocupação se fez de cara quando a gente percebeu que a Rádio Difusora Acreana era o nosso principal veículo de comunicação, mas era um instrumento pouco potencializado. Quando nós assumimos o Governo a Rádio Difusora Acreana funcionava com um quilo de potência, o que é muito pouco para uma rádio AM que pretende chegar ao Estado todo. A gente fez, então, imediatamente, uma solicitação ao Ministério das Comunicações, elevando a capacidade da rádio para dez quilos de potência. Eu creio que essa foi uma das providências mais importantes tomadas naquele momento. [PINHEIRO, 2005]

Em seguida ao aumento da potência da principal emissora de rádio pública do Estado, diz ainda Aníbal Diniz, o Governo aumentou a sua capacidade de comunicação com o público e, por conseguinte, a possibilidade de sedimentar a idéia da florestania, criando várias outras emissoras, para transmissões em cadeia a partir da capital.

Passado algum tempo a gente percebeu que a audiência da Difusora era muito forte na Zona Rural e que nós tínhamos um vácuo muito grande em relação ao público da área urbana, que ouvia menos a Difusora e ficava mais ligado às FMs comerciais. E aí a gente fez um projeto para implantação de uma rádio educativa em Rio Branco. Mas depois a gente percebeu que vários outros municípios também tinham essa carência, que não tinham nenhum veículo de comunicação para suprir as suas necessidades básicas, como, por exemplo, para veicular uma campanha de vacinação etc. Com base nisso, a gente fez uma argumentação muito forte para o Ministério das Comunicações e eles nos deram uma concessão especial para a gente abrir seis rádios FMs no interior do Estado. E aí veio, num segundo momento, a dificuldade na elaboração a programação, porque, sendo educativa, nós tínhamos que elaborar essa programação levando em conta a qualidade, com preocupação cidadã, com a linguagem, com o conteúdo, onde não poderia entrar o sensacionalismo das rádios comerciais. E culminou também que a gente resolveu fazer uma programação em rede, onde todas as seis rádios FMs, em Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Tarauacá, Sena Madureira, Xapuri e Brasília veiculam uma única programação, via satélite, a partir da capital. [PINHEIRO, 2005]

Mas o projeto de veiculação do discurso governamental e, naturalmente, construção e sedimentação ideológica da idéia da florestania não se limitou (nem poderia se limitar) ao veículo rádio, passando num segundo momento para o uso da televisão. Aníbal Diniz entra em cena mais uma vez para explicar o processo.



Quando nós assumimos o governo, em Cruzeiro do Sul, que é a segunda cidade do estado, e uma das mais distantes da capital, nós tínhamos uma programação de televisão que só recebia sinais gerados no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Amazonas. E hoje nós temos a TV Aldeia, que é outro projeto desenvolvido no nosso Governo, que agora chega a todos os municípios, levando a programação gerada em Rio Branco. [PINHEIRO, 2005]

No que diz respeito à programação, o assessor é enfático em afirmar a prevalência do jornalismo, mas sempre com a preocupação em divulgar notícias “positivas”, que possam contribuir para aumentar a auto-estima do cidadão da floresta. Mesmo na eventualidade de uma tragédia, a forma de passar isso para o público é trabalhada, para que não se passe uma visão catastrófica das coisas, explica Diniz.

Em toda a programação, a ênfase é o jornalismo e os serviços. Quando a gente vai discutir sobre pauta procura-se estabelecer a busca por uma notícia que contribua para a melhoria da qualidade da vida das pessoas. E nas coberturas todas, a gente optou por não trabalhar com noticiário policial, porque temos o entendimento que isso, de certa forma, contribui para realçar o estado de espírito negativo das pessoas. A gente procura trabalhar sempre com boas notícias, com notícias elevadas. E tomando sempre o cuidado para não criar estados mentais alterados, de sensacionalismo, como se o mundo estivesse acabando. Não, nada disso. Quando se tem um problema a tratar, procura-se tratá-lo de maneira bem serena, dando a devida importância aos personagens envolvidos, mas nunca partindo para a tentativa de qualquer tipo de destruição. A idéia é, permanentemente, construir. [PINHEIRO, 2005]

Os fatos políticos, de acordo com Diniz, não podem entrar na programação nem das rádios e nem da TV Aldeia, evitando-se, assim, que seja feita apologia do partido dominante, o que forçaria, do ponto de vista ético, a dar espaços para os adversários. Nenhum dos lados tem espaço nos noticiários. “Se a gente tivesse que focar os fatos políticos do nosso lado, nós teríamos que colocar as duas posições. E isso, nós entendemos, não é papel de emissoras educativas”, diz Diniz [PINHEIRO, 2005].

Especificamente falando da relação entre a idéia motriz do Governo do PT, o autodenominado Governo da Floresta, de elevar o orgulho dos nativos e a respectiva sensação de pertencimento mútuo entre os acreanos e o seu espaço territorial, e a conseqüente instalação de uma rede de rádio e televisão, o secretário Aníbal Diniz não hesita em afirmar com todas as letras que o sistema foi mesmo imaginado e construído com essa finalidade.

Nós construímos um sistema de radiodifusão e televisão públicas no Acre, realmente, a serviço da idéia da florestania. A gente construiu essa rede



com esse foco. Era preciso fazer isso. Inclusive porque havia uma mentalidade muito arraigada de que a cultura da floresta não era cultura. Aliás, se falava muito por aqui que cultura são somente as manifestações artísticas ou o conhecimento adquirido na academia. E os veículos de comunicação que estão hoje a serviço do Governo da Floresta têm sido instigados a trabalhar fortemente com a idéia de que a cultura é tudo aquilo que faz parte do modo de vida, do modo de agir diante de situações de um determinado povo. A gente tem procurado fazer com que o caldo de cultura que perpassa o povo acreano seja visto como a cultura da florestania. E a gente tem colocado, sim, os nossos veículos de comunicação a serviço dessa idéia. Educação, comunicação e cultura a serviço da florestania. [PINHEIRO, 2005]

Levando-se em conta o que foi descrito até aqui, no que diz respeito à contextualização da formação do Estado do Acre, com a culminância da “Era da Florestania”, na década de 1990, talvez seja possível dividir a história desse espaço político/geográfico em três momentos distintos: a anexação do território pela junção de armas e diplomacia, a partir do fim do século XIX; a elevação do território à condição de Estado, na década de 1960; e os embates liderados por Wilson Pinheiro e Chico Mendes, que culminaram na invenção de uma nova ideologia, com a pretensão de, além de elevar a auto-estima dos nativos, provar ao planeta ser possível modelos de desenvolvimento sustentável em perfeita sintonia com os recursos de origem natural.

3. Desenvolvimento Sustentável – Há Controvérsias

Para que a idéia de florestania, tão bem implantada pelo governo do PT, continue durante muito tempo embalando os corações dos acreanos, não bastam, entretanto, os veículos de comunicação oficiais ensaiarem um discurso único e fazerem a sua parte com mensagens de otimismo e notícias “positivas”. Para implantar a ideologia, sim; para continuá-la, não. É preciso que alguns mecanismos se viabilizem na prática. O principal deles, provavelmente, a exequibilidade do que se chama, academicamente falando, “manejo florestal sustentável”, sem o qual a miséria continuará impelindo os povos da floresta para a periferia das cidades.

As atuais autoridades executivas acreanas sabem disso e para que esse “manejo florestal sustentável” seja viabilizado, fazendo o homem da floresta permanecer no seu habitat, e com a auto-estima elevada, essas autoridades continuam empreendendo os mais variados esforços. Caso de uma conferência sobre o tema realizada em Rio Branco



na segunda quinzena do mês de julho de 2007, reunindo representantes e cientistas de vários países. Ao fim da conferência, embora os participantes tenham concluído que estão no caminho certo, ficou patente que muita coisa ainda precisa ser feita para que a idéia tenha o sucesso almejado. A falta de acesso legal à terra e a financiamento, aliado ao excesso de burocracia e distância dos mercados, por exemplo, foram fatores sobejamente apontados pelos participantes como entraves para o sucesso da idéia.

E pelo menos duas ações imprescindíveis foram listadas num documento chamado Carta de Rio Branco: a de que as comunidades e florestas podem e devem viver em harmonia, mas para isso as políticas governamentais e os convênios internacionais sobre florestas “devem basear-se no princípio de que as comunidades locais e os povos indígenas são os principais atores do manejo sustentável dos ecossistemas florestais” [A *Tribuna*, 2007]; e a de que a investigação aplicada e a tecnologia de vanguarda relacionada com os produtos e serviços dos ecossistemas florestais devem converter-se em uma tecnologia social, “fortalecendo processos de transferência de capacidades e um fluxo constante de conhecimento em universidades e centros de investigação em parceria com as comunidades e empresas florestais comunitárias” [A *Tribuna*, 2007].

O detalhe perturbador para os ideólogos da florestania e do aludido desenvolvimento sustentável é que existem muitas vozes discordantes. A visão de que o extrativismo, base do desenvolvimento sustentável e, por conseqüência, da invenção da florestania, pode ser uma das soluções, não somente para o Acre, mas também para a Amazônia, segundo a opinião de alguns especialistas, soa “romântica” e precisa ser abandonada o quanto antes. Casos, por exemplo, do que pensam Alfredo Homma, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, e Manoel Sobral Filho, diretor executivo da ONG ITTO (organização Internacional de Madeira Tropical, em inglês). Para o primeiro, “após o assassinato do seringueiro Chico Mendes, em dezembro de 1988, criou-se uma falsa expectativa de que o extrativismo vegetal seria a grande solução” [A *Tribuna*, 2007]. E completa, dizendo que “enquanto a madeira responde por 11% das exportações da Amazônia, os produtos da biodiversidade têm uma importância bem menor que 1%” [A *Tribuna*, 2007]. Enquanto isso, Manoel Sobral afirma categoricamente que “o extrativismo sozinho não vai resolver o desenvolvimento do povo da Amazônia” [A *Tribuna*, 2007]. Opiniões desagradáveis, “num momento em que o Governo Federal pretende implantar várias reservas extrativistas na região” [A



Tribuna, 2007], diz Eduardo Geraque, repórter da *Folha de São Paulo*, em artigo escrito por ocasião da conferência realizada no Acre.

E além dessas opiniões pontuais, já existem, inclusive, trabalhos de doutoramento tratando do assunto como uma impossibilidade. É o caso da tese (*Des*) *Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental*, do cientista social Elder Andrade de Paula, professor da Universidade Federal do Acre (Ufac), defendida em 2002, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e transformada em livro com o mesmo título, em 2005, onde se registra, entre outras conclusões, a de que parece muito difícil admitir a idéia de que comunidades dispersas no vasto território amazônico possam lograr êxitos duráveis, ou “sustentáveis” no tempo.

A utilização de forma sustentada dessa biodiversidade, para Elder Andrade, depende, entre outros fatores, das capacidades econômicas e culturais do país, no que diz respeito à garantia do controle de processos produtivos e industriais, além dos mercados dos referidos produtos em escala internacional. No caso dos produtos com maior potencialidade de competição no mercado internacional, como, por exemplo, plantas medicinais e essências florestais, sua exploração comercial, explica Elder Andrade, depende do aporte tecnológico de ponta gestado na terceira revolução industrial. Com isso, garante o pesquisador, a região tende a permanecer inserida economicamente de forma subordinada, como mera fornecedora de matéria-prima para os mercados mundiais.

Não bastassem as opiniões pontuais, como as de Alfredo Homma e Manoel Sobral Filho, que vêm a público apenas quando algum repórter realiza uma entrevista, bem como as várias teses, como a de Elder Andrade, um outro fator absolutamente visível, apesar de toda a propaganda oficial da preservação, que, como já foi dito, ajuda a sustentar a idéia de florestania, ainda contribui para a descaracterização do discurso: as queimadas, que afligem a região nos meses do verão amazônico (agosto a novembro). Em 2005, o mundo inteiro viu pelas diversas emissoras de televisão nacionais, o Acre envolto em nuvens de fumaça, com crianças e idosos lotando hospitais em busca de lenitivo que os ajudasse a respirar. Nessa época, a propósito de discurso, é comum que determinadas autoridades no Acre afirmem que a fumaça inalada pelos acreanos vem de outros estados (Amazonas, Rondônia e Mato Grosso) e da Bolívia. Mas qualquer cidadão, possuindo as ferramentas adequadas (um computador e um programa de processamento de dados emitidos por satélites), constata que, apesar das queimadas haverem diminuído bastante nos últimos anos, ainda são queimados



muitos hectares de terra a cada estação. Um sintoma de que o homem do campo, mesmo inebriado pelo discurso da florestania que chega aos seus ouvidos pelas ondas sonoras do sistema de radiodifusão e televisão pública implantado pelo Governo da Floresta, ainda precisa recorrer a métodos primitivos para prover a própria subsistência.

4. Em Busca do Conceito Perdido ou a Aventura que Não Pode Parar

No périplo desde as primeiras discussões que culminaram na invenção da florestania muitos foram os conceitos que se misturaram, mais ou menos como o caldo de cultura peculiar ao espaço e aos habitantes do Acre a que se refere o secretário de comunicação Aníbal Diniz, numa entrevista gravada em outubro de 2005. Longe de pretender esgotar a discussão, ou enveredar por juízos maniqueístas do tipo certo ou errado, pelas mais variadas razões (entre as quais a pouca profundidade deste ensaio e o próprio processo histórico, ainda em pleno andamento) o que se pretende nessa última parte é buscar alguns desses conceitos, para que se possa jogar algumas luzes (sombras também, quando for o caso) sobre o tema, bem como as suas respectivas implicações.

Florestania, no dizer dos seus ideólogos, todos militantes do Partido dos Trabalhadores do Acre, se refere a atitudes de valorização do habitante da floresta. Um neologismo, juntando as palavras “cidadania” e “floresta”. Em princípio, aí já surgiria a primeira contradição, uma vez que “cidadania”, na sua origem grega, diz respeito, essencialmente à polis. A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade. Mas o neologismo acaba ganhando sentido num segundo momento, pela junção da cidade floresta, associada à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadãos.

O habitante da floresta acreana, muitas vezes até sem um único documento, o que o torna invisível para a sociedade, de repente, se viu, pelo menos do ponto de vista teórico, provido de todos os direitos civis, que incluem regalias inimagináveis para ele. Regalias tais como dispor do próprio corpo (apesar de todas as feras e endemias peculiares ao seu habitat), de locomoção (embora haja uma enorme dificuldade dele de caminhar numa via pública, dado o costume de trilhar varadouros) e segurança (mesmo que o Estado não seja capaz de fazer o mesmo sequer pelas comunidades urbanas, que estão mais perto do poder público). E se viu, igualmente, ainda do ponto de vista teórico do discurso do poder, provido de todos os direitos sociais (trabalho, alimentação, saúde,



educação etc.). E se viu, ainda, sob o mesmo ponto de vista, provido de direitos políticos plenos, podendo deliberar sobre a sua vida, além de poder expressar-se livremente, “sem recuar, sem temer, sem cair”, como num verso do Hino do Estado.

Os três conjuntos de direitos citados, que comporiam os direitos do cidadão, não podem ser desvinculados, pois sua efetiva realização depende de sua relação recíproca. Dez anos depois, a florestania teria estabelecido esses direitos aos destinatários?

Além do conceito de cidadania, um outro se configura de suma importância para que se possa entender a invenção da florestania. Trata-se de conceito de ideologia, palavra que surgiu pela primeira vez na França, após a Revolução Francesa (1789), no início do século XIX, em 1801, no livro de Destutt de Tracy, *Eléments d'Idéologie* (Elementos de Ideologia).

Juntamente com o médico Cabanis, com De Gerando e Volney, Destutt de Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas idéias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória). (CHAUÍ, 2006: 25).

Foi Karl Marx, entretanto, há mais de cem anos, que usou a palavra num sentido mais amplo. Lutador incansável pela causa operária, Marx identificou a sociedade como sendo dividida em dois grandes blocos opostos: um deles, chamado burguesia, e o outro, proletariado. Nos dias atuais, porém, a compreensão de ideologia vai além da formulação inicial. Proletários e burgueses já se misturaram e avançaram uns sobre os outros, através de uma fronteira porosa que praticamente já não permite distingui-los.

Para efeito desse trabalho, entretanto, o que interessa são as distinções que caracterizam um processo ideológico, que podem ser resumidos em seis itens: o grupo social (a ideologia pertence sempre a um grande grupo de pessoas, nunca a um sujeito separadamente); o conteúdo simbólico (a ideologia vive fundamentalmente de símbolos); o conjunto de valores (valor é alguma coisa que o indivíduo preza, algo pelo qual a pessoa tem uma grande consideração); a visão de mundo (ideologia é uma forma de ver o mundo); a capacidade de mobilização (a ideologia possui uma grande capacidade de mobilizar as pessoas e as massas); a capacidade de ação (a ideologia mostra-se como progressista, avançada ou revolucionária, não pelas declarações, pela ostentação, pelo que o sujeito fala; ela só o é pela prática, pela ação do sujeito).

Na construção da ideologia dita “florestania” entraram todos os itens listados acima. Um grupo de pessoas, formado por militantes do PT, que ganhou o Governo do Acre, é que a idealizou; para que a idéia inicial se materializasse, o citado grupo se apropriou de símbolos locais como o Hino e algumas figuras históricas; o mundo, pela repetição do discurso, passou a ser visto de uma forma diferente; pessoas foram mobilizadas, acreditando piamente na idéia; e a ação se configurou pela ação dos sujeitos.

Por último, é importante comentar o uso dos veículos de comunicação para a implantação da ideologia da florestania, à luz de alguns trechos do depoimento do secretário Aníbal Diniz, lembrando, bem a propósito, como mote inicial, as palavras de David Harvey, quando ele diz, em *Condição Pós-Moderna* (Edições Loyola, 1992), que a hegemonia ideológica e política em toda sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social. Para isso, é claro, ainda segundo os ensinamentos de Harvey, deve-se compreender os processos sociais mediante os quais suas qualidades objetivas são estabelecidas. E, além disso, ainda no dizer do mesmo autor, ter plena consciência de como práticas e discursos sociais e espaciais bem estabelecidos podem ser usados e trabalhados na dita ação social.

No caso do depoimento do secretário, parece claro o controle do contexto material da experiência pessoal e social, pela compreensão dos processos da sociedade, e pela materialidade dos discursos, gerado de um único ponto (a capital do Estado) retransmitido em rede para todo o território. Quando as pautas são construídas apenas sob um prisma, o das matérias “positivas”, a televisão administrada pelo governo incide no fenômeno que o pensador francês Pierre Bourdieu chama de “ocultar mostrando”. De acordo com Bourdieu, e isso é exatamente o que Diniz afirma fazer, os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma construção e uma seleção do que é selecionado. E Bourdieu completa o seu raciocínio, dizendo que dispendo dessa força excepcional que é a televisão, os jornalistas podem produzir efeitos sem equivalentes.

Por outro lado, ensina Venício Arthur de Lima, in *Mídia: crise política e poder no Brasil* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2006), que o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana. É através da mídia, segundo Venício, que a política é construída simbolicamente e adquire um significado. Se acrescentarmos aos ensinamentos de Pierre Bourdieu e Venício Lima



as palavras de Wilson Gomes, então teremos condição de estabelecer um fio entre o que acontece no Acre, a partir de 1999 e até os dias que correm, no que diz respeito à invenção da florestania e a importância dos veículos de comunicação públicos no decorrer do processo.

(...) se a comunicação pode dispensar a política, a política não pode prescindir da comunicação. Por uma razão muito simples: o sistema democrático impõe à esfera política a obrigação de retirar a sua legitimação social de decisões provenientes da esfera civil (...). Ora, numa sociedade onde os indivíduos que compõem a esfera civil, o âmbito da cidadania, encontram-se em uma crescente dependência dos meios, recursos e linguagens da comunicação social para o conhecimento do mundo e da atualidade – mesmo da atualidade política –, a esfera política não consegue chegar de modo eficiente à esfera civil sem a mediação fundamental dos meios, recursos, instituições e lógica da comunicação de massa. (GOMES, 2004: 321).

De fato, dispondo de uma rede de rádio e televisão que manda sons e imagens em tempo real para todos os quadrantes do estado, o que não é possível pelas emissoras privadas no Acre, o Governo tem condição de fazer chegar com muito mais força a “sua verdade” e, assim, produzir os efeitos simbólicos que melhor lhe aprouverem, realçando o que lhe interessa e apagando o que não lhe convém. Inclusive uma nova ideologia, embora, tudo leve a crer, não em caráter definitivo, e na dependência de outros fatores que não dizem respeito exclusivo à comunicação. Muito provavelmente, chegará um momento em que as mensagens massificadas diminuirão seu efeito se, na prática, for comprovado que a auto-estima e o orgulho impulsionados pelo discurso não mudaram tanto assim a vida do homem da floresta. Afinal, este é um mundo pseudamente concreto, de tráfico e manipulação, claro-escuro de verdade e engano, cujo elemento próprio é o duplo sentido. “Fenômeno”, explica Karel Kosik, “indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde”. A aventura da sedução e do convencimento pela linguagem (oral e visual), portanto, não pode parar, sob pena de a ideologia escorrer num dia de cheia pelos leitos dos caudalosos rios da Amazônia e evaporar antes de chegar ao mar.

5. Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1997.

CHAUÍ. Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo : Brasiliense, 2006.



- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. São Paulo : Brasiliense, 2006.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo : Paulus, 2004.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo : Loyola, 2002.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.
- LIMA, Venício Arthur de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2006
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O que todo cidadão deve saber sobre ideologia*. São Paulo : Global, 1990.
- PAULA, Elder Andrade de. *(Des) envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental*. Rio Branco : Edufac, 2005.
- PINHEIRO, Francisco de Moura. *Impactos de veículos de comunicação de massa numa reserva extrativista no Estado do Acre*. Dissertação de Mestrado. Brasília : Universidade de Brasília, 1999.
- _____ Entrevista gravada com Aníbal Diniz, Secretário de Comunicação do Estado do Acre, nas duas gestões do governador Jorge Viana. Rio Branco : 2005.
- RIBEIRO, Ana Paula Nascimento; CARVALHO, Charlene Gomes; BRAUN, Lucimar. *No início era a floresta....* Monografia. Rio Branco : União Educacional do Norte (Uninorte), 2006.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1979.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. *A saga acreana e os povos da floresta*. Rio Branco : Edufac, 2004.
- TRIBUNA, A. *Manejo é modelo de desenvolvimento*. Jornal. Rio Branco, 24 de julho de 2007.